

## UM OLHAR SOBRE O *TU* NA INTERAÇÃO PELA LINGUAGEM

Elenice Maria Larroza Andersen<sup>1</sup>

eleniceandersen@unipampa.edu.br

**RESUMO:** Neste texto, discute-se o papel do interlocutor na linguagem em uso. A partir de uma perspectiva enunciativa, analisa-se o interlocutor, considerando-se as relações entre interação e gêneros do discurso. Como resultado, propõe que diferentes tipos de interlocutores se fazem presentes no discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem; interação; interlocutor; discurso.

### INTRODUÇÃO

No artigo intitulado *Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução*, Flores (2001: 58) defende que qualquer fenômeno que já tenha sido estudado por outras linguísticas pode receber o “olhar” da linguística da enunciação, “basta que, para isso, seja contemplado com referência às representações do sujeito que enuncia, à língua e a uma dada situação.” Com base nesse “olhar” proposto pelo autor, apresentamos, neste trabalho, uma breve discussão sobre o lugar do *tu* na interação pela linguagem, a partir das reflexões de Benveniste (1989; 1995) e de Bakhtin (2003). Em um primeiro momento, propomos uma reflexão teórica sobre o *tu* na interação pela linguagem e, posteriormente, ilustramos essa reflexão com a análise do interlocutor em diferentes gêneros de discurso.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

## 1. O TU NA INTERAÇÃO PELA LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Flores e Teixeira (2005) propõem a expressão teorias da enunciação (no plural) e linguística da enunciação (no singular), destacando, por um lado, a diversidade de teorias que pertencem ao campo da enunciação e, por outro, os traços comuns às teorias que permitem inscrevê-las em um domínio do saber. Nesse sentido, apesar da diversidade de perspectivas que se inscrevem nas teorias da enunciação, entendemos que é possível pensar o *tu* na interação pela linguagem, a partir da unidade da linguística da enunciação enquanto domínio do saber. Assim sendo, para alcançar os propósitos deste trabalho, revisitaremos as teorias de Benveniste (1989; 1995) e de Bakhtin (2003). Entendemos que podemos encontrar, nessas teorias, pontos de vista oportunos à análise do interlocutor e do papel por ele desempenhado na interação.

Benveniste, em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, parte dos gramáticos árabes para definir a segunda pessoa como aquela “a quem nos dirigimos” (Benveniste, 1995: 250). Consequentemente, essa pessoa é indispensável para a interação pela linguagem. *Eu* só enuncia se pressupõe um *tu*, um parceiro que é o fim da sua enunciação. Mas, de que *tu* estamos falando?

Em primeiro lugar, o *tu*, assim como o *eu*, é uma pessoa identificada somente na instância de discurso que a contém, referindo a uma realidade discursiva distinta cada vez que é enunciado. Ambos, *eu* e *tu*, pertencem ao nível pragmático da linguagem. Quando opõe *eu* e *tu* ao *ele*, pela correlação de pessoalidade, Benveniste afirma que *eu* e *tu* (as únicas pessoas estritas) podem ser caracterizados tanto pela unicidade específica, isto é, *eu* e *tu* são cada vez únicos na enunciação, quanto pela reversibilidade, pois *eu* pode se converter em *tu*, e *tu* pode se converter em *eu*. O conceito de unicidade específica possibilita a apreensão de que *tu* é uma pessoa única, específica a uma dada enunciação. *Eu* não destina a sua enunciação ao acaso, a um *tu* aleatório, de identidade inimaginável. O locutor sabe a quem se dirige, ainda que tenha ciência de apenas poucas características especificativas do seu interlocutor. Em outras palavras, é necessário um mínimo de conhecimento de alguma particularidade do *tu*, para que *eu* possa se dirigir a ele. Não devemos, no entanto, entender essa unicidade como singularidade, uma vez que o próprio Benveniste apregoa que o parceiro da enunciação pode ser individual ou coletivo (Benveniste, 1989: 86). Logo, o *tu*, dito exclusivo, pode aludir a uma coletividade, com especificidade comum, única. Por outro lado, o conceito de reversibilidade, que concede ao *tu* à possibilidade de vir a ser *eu*, mostra que o interlocutor é uma pessoa passível de tomar a voz. É desse *tu* único e reversível de que falaremos aqui.

Atentando para os fundamentos de unicidade específica e de reversibilidade - presentes desde *Estrutura das relações de pessoa no verbo* - e para os de realidade, ficção, singularidade e coletividade – observados em *O aparelho formal da enunciação*, podemos perceber que Benveniste já contemplava diferentes modos de o *eu* se relacionar com o *tu* pela linguagem. Acreditamos poder aprofundar a discussão sobre essa proposta benvenistiana, a partir da observação e análise de enunciações diversas, com o fim de identificar diferentes maneiras de *eu* e *tu* relacionarem-se. Ora, se Benveniste diz que a enunciação é marcada pela acentuação discursiva com o parceiro e que esse parceiro pode ser multifacetado (pode ser real ou fictício, individual ou coletivo), essa pluralidade não implicará diferentes condições e processos de unicidade específica e de reversibilidade? Pensamos que sim e pretendemos demonstrar a partir de ilustrações de enunciações. Antes, porém, faz-se necessário discutir questões outras, associadas às diferentes possibilidades enunciativas.

## **2. A UNICIDADE ESPECÍFICA E A REVERSIBILIDADE: ORALIDADE, ESCRITA, TIPOS DE TEXTO OU GÊNEROS DO DISCURSO?**

Como dissemos, é possível ver, em Benveniste, diferentes possibilidades de *eu* se relacionar com *tu*, se combinarmos suas concepções de unicidade específica e de reversibilidade com as de realidade, ficção, individualidade e coletividade, o que resulta em diferentes processos de unicidade e de reversibilidade na relação eu-tu. Por exemplo, teríamos um tipo de processo combinando-se a reversibilidade com a individualidade, e outro, combinando-se a reversibilidade com a coletividade. Consequentemente, a multiplicidade dessas combinações possíveis reflete uma diversidade de mecanismos de interação pela linguagem, isto é, há variedades de alocação, cuja natureza convém especificar.

Trata-se de uma distinção entre o discurso oral e o discurso escrito? Em primeira instância, não. Sabemos que Benveniste discorre, a priori, sobre a linguagem oral, quando reflete sobre a relação eu-tu. No entanto, em muitas passagens, o linguista apresenta concepções aplicáveis tanto à oralidade quanto à escrita. Além disso, o próprio autor deixa as bases para separar os estudos enunciativos da enunciação falada dos da enunciação escrita em *O aparelho formal da enunciação*. Senão, vejamos:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca freqüente, talvez necessária, da 'oralidade'. **Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita** (grifo nosso). Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no

interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (Benveniste, 1989: 90).

Como podemos observar, Benveniste dá elementos para subsidiar trabalhos que se destinam à investigação da enunciação escrita. Endruweit (2004), por exemplo, busca situar na teoria benvenistiana um aporte teórico para questões referentes à escrita. Ela sugere que o sujeito, ao escrever, deixa traços de sua experiência, de modo que é pertinente entender a escrita como um ato de apropriação de um sujeito marcado no enunciado produzido. Para a autora, a diferença da escrita em relação à oralidade reside na enunciação de retorno:

Ao enunciar-se na escrita, o locutor mobiliza, assim como na forma sonora, uma outra enunciação de retorno. Se não o faz com a mesma presença pontual exigida pela oralidade, inegavelmente há uma presença/ausência desejada ou imaginada (Endruweit, 2004: 94).

Está claro, pois, que, pela teoria de Benveniste, é possível perceber diferenças entre o discurso oral e o discurso escrito. Isso poderia nos levar a pressupor que a distinção entre oralidade e escrita fundamenta as variedades de alocação que propomos. Em realidade, essa distinção dá pistas que podem orientar algumas de nossas discussões, mas distinguir oralidade e escrita não é sempre necessário, nem suficiente para o nosso propósito. A despeito de fatores extralinguísticos, que diferença em termos de unicidade e de reversibilidade há entre dois indivíduos interagindo pela fala e duas pessoas interagindo por um meio escrito? Não envolvem ambos um *eu* único que se dirige a um *tu* único, que, por sua vez, poderá vir a ser *eu*? Nesse sentido é que entendemos que os diferentes mecanismos de unicidade específica e de reversibilidade excedem os limites dos rótulos oralidade versus escrita.

Uma outra noção que concorreria para configurar a natureza dos processos de que estamos tratando é a comumente reconhecida como tipologia textual, uma vez que essa noção revela os diferentes modos de interação (narração, descrição, etc.). Por isso, convém que vejamos por que também não será essa a concepção adotada para a distinção dos mecanismos dos quais falamos.

Primeiramente, concordamos com Marcuschi (2002), quando diz que é necessário especificar o significado da expressão corrente “tipo de texto”, pois, muitas vezes, ela é equivocadamente empregada. Ademais, Adam (2001) apregoa que a idéia de tipologia de textos deve até mesmo ser abandonada, porque o texto, assim como o discurso, é um fenômeno extremamente heterogêneo. Com isso, o autor se nega a trabalhar com o nível do texto e propõe o estudo centrado no nível da sequência. Assim:

Um TEXTO é, antes de tudo, uma unidade composta de N seqüências (onde N é compreendido entre uma seqüência e um número de N de seqüências como, por exemplo, em um discurso político ou um debate de muitas horas ou ainda o ‘Conto do Graal’ ou ‘As mil e uma noites’). Essas (N) seqüências podem ser ou elípticas, ou completas (Adam, 2001).

Nesse sentido, um texto quer comporta apenas uma seqüência (narrativa, argumentativa ou outra), quer comporta várias seqüências; logo, a expressão “tipologia textual” só é pertinente nos casos de estruturas sequenciais homogêneas.

Esse raciocínio leva Adam (2001) a inscrever a reflexão tipológica tão somente na abordagem da sequencialidade global, isto é, da definição da seqüência como uma unidade constituinte de texto e unidade constituída de proposições.

Em seguida, o linguista operacionaliza as principais classes de sequencialidade passíveis de serem postuladas atualmente, quais sejam, a narrativa, a injuntiva-instrucional, a descritiva, a argumentativa, a explicativa-expositiva, a dialogal-conversacional e a poética-autotélica.

Ao discursar sobre cada uma dessas sequencialidades, Adam situa os usos mais ou menos complexos de uma estrutura sequencial de base. Por exemplo, uma estrutura sequencial de base narrativa inclui a reportagem, a crônica policial, o romance, a novela, a piada, etc.

Como uma estrutura sequencial pode incluir diferentes tipos de usos, acreditamos que, para cada um desses usos, haverá um mecanismo distinto de interação pela linguagem. Com isso, queremos dizer que os traços relativos à tipologia textual, ou às sequencialidades, não são suficientes para elucidar sobre as diferentes possibilidades de unicidade específica e de reversibilidade, objeto de estudo destas linhas.

Afora isso, cremos que os processos ao qual nos referimos não se esgotam em classificações restritivas e estanques, porque a realidade das interações possíveis de serem estabelecidas pela linguagem acompanha a evolução da sociedade. A linguagem reproduz o mundo. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra, indivíduo e sociedade não são termos contraditórios, mas complementares (Benveniste, 1995).

Tendo-se isso em vista, pensamos que, quando se fala em diferentes possibilidades de alocação, está-se, na verdade, entrando em um outro domínio, que não o da tipologia textual, ou das sequencialidades, senão o dos gêneros do discurso.

Mikhail Bakhtin (2003) é um dos teóricos de linha enunciativa que discute amplamente esse domínio. Para ele, o emprego da língua realiza-se em forma de enunciados

orais ou escritos proferidos pelos indivíduos que integram algum campo da atividade humana. Como tal, o conteúdo temático, a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua (estilo da linguagem) e a construção composicional do enunciado reproduzem as condições específicas e as finalidades do campo no qual se inscreve. Desse modo, ainda que cada enunciado particular seja individual, cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais Bakhtin designará “gêneros do discurso” (Bakhtin, 2003: 261,262).

De acordo com Bakhtin, a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana. Assim, o conjunto de gêneros do discurso cresce e se diferencia conforme o desenvolvimento e a complexificação de um determinado campo dessa atividade. Por conseguinte, o autor evidencia a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso, que compreende, por exemplo, desde as breves réplicas do diálogo do cotidiano nas suas diversas modalidades em função do tema, da situação e da composição dos participantes, até as variedades de formas de manifestações científicas e literárias.

Para Bakhtin, essa heterogeneidade funcional dos gêneros “torna os traços gerais dos gêneros discursivos demasiadamente abstratos e vazios” (Bakhtin, 2003: 262). Como fenômenos amplamente heterogêneos, Bakhtin diz que é difícil estabelecer um plano único para estudá-los, propondo apenas a divisão dos gêneros em primários e secundários:

Aqui é de especial importância atentar para a diferença essencial entre os gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos) – não se trata de uma diferença funcional. Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios (Bakhtin, 2003: 263).

Além desses postulados bakhtinianos, acrescentamos, na consideração dos gêneros, a afirmação de Marcuschi (2002) de que os gêneros textuais, por serem fenômenos profundamente vinculados à vida cultural e social, podem ser pensados em relação a algum meio de comunicação. Como acompanham a sociedade e a sua evolução, diferentes gêneros podem aparecer a partir da instauração de novas tecnologias. Há, também, casos em que a função ou o suporte poderá determinar o gênero discursivo:

Suponhamos o caso de um determinado texto que aparece numa revista científica e constitui um gênero denominado “artigo científico”; imaginemos agora o mesmo texto publicado num jornal diário e então ele seria um “artigo de divulgação científica”. É claro que há distinções bastante claras quanto aos dois gêneros, mas para a comunidade científica, sob o ponto de vista de suas classificações, um trabalho publicado numa revista científica ou num jornal diário não tem a mesma classificação na hierarquia de valores da produção científica, embora seja o mesmo texto. Assim, num primeiro momento podemos dizer que as expressões “mesmo texto” e “mesmo gênero” não são equivalentes, desde que não estejam no mesmo suporte (Marcuschi, 2002: 21)

Essa heterogeneidade constitutiva dos gêneros discursivos possibilita a abrangência na consideração das diferentes formas de interação pela linguagem, o que é necessário para o nosso estudo da diversificação dos mecanismos envolvidos nessa forma de interação. Assim sendo, essa concepção pode ser adotada como ponto de referência para o enfoque do *tu* nas relações intersubjetivas, segundo os princípios de unicidade específica, reversibilidade, realidade, ficção, individualidade e coletividade, utilizados por Benveniste para caracterizar a pessoa não subjetiva. Por exemplo, tomando-se como referência o gênero aulas virtuais (aulas chats), podemos verificar um modo exclusivo de se conceber o *tu*: o interlocutor é real, coletivo, especificado como alunos (unicidade específica) e toma a voz com certas restrições (reversibilidade).

Com efeito, a diversidade dos gêneros reflete as múltiplas possibilidades de *tu* a quem *eu* endereça o seu dizer, de modo que os gêneros devem delimitar as estratégias enunciativas do locutor frente ao seu interlocutor. Isso legitima nossa consideração dos gêneros textuais como ponto de partida para a análise do *tu* nas diferentes relações instauradas enunciativamente entre *eu* e *tu*, ainda que seja necessário ampliar o alcance dessa discussão em estudos posteriores.

A propósito, relembremos que a retórica aristotélica já prognosticava diferentes gêneros, definíveis, fundamentalmente, segundo os tipos de ouvinte. Os critérios de Aristóteles para diferenciar os gêneros deliberativo, jurídico e de exibição eram o ouvinte, o tempo e os fins, estabelecidos em uma cadeia de implicações, cujo princípio era um tipo definido de ouvinte, o fator primordial na definição dos gêneros (Aristóteles, 1998: 64).

Não podemos deixar de mencionar, igualmente, que o próprio Benveniste previu diferentes condições de uso de *eu* e *tu*. Em *A natureza dos pronomes*, ao tratar das diferenças entre *eu* e um nome referente, o autor apregoa que é viável conceber um texto linguístico de grande extensão, como um tratado científico, em que *eu* e *tu* não figuram nem uma única vez, ao passo que seria difícil imaginar um curto texto falado em que esses termos não fossem empregados. Para ele, os outros signos da língua (os nomes referentes) se distribuiriam

indiferentemente entre esses dois gêneros, o que caracteriza condições de emprego distintas para eu/tu e ele (Benveniste, 1995: 278).

Assim sendo, exposta a nossa justificativa para a inserção da noção de gêneros do discurso na discussão dos diferentes mecanismos de interação resultantes da conjunção das noções benvenistianas de unicidade específica, reversibilidade, realidade, ficção, individualidade e coletividade, passemos a explorar como se dão esses processos. Outrossim, devemos relembrar que, aqui, importa achar o lugar do *tu* nesses diferentes mecanismos.

### **3. UM OLHAR SOBRE O *TU* NOS GÊNEROS DE DISCURSO**

Nesta subseção, pretendemos combinar as noções de unicidade específica, reversibilidade, realidade, ficção, coletividade e individualidade, para a análise do *tu* presente em diferentes enunciações. Antes de fazê-lo, porém, são necessárias duas considerações. A primeira refere-se ao critério adotado para delimitar a nossa investigação em meio à heterogeneidade constitutiva da noção de gêneros. Para isso, vejamos o quadro sinóptico que Marcucchi (2002) utiliza como síntese das propriedades necessárias para a compreensão dos gêneros de textos:

1. realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente limitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função.

Como podemos observar, a despeito da heterogeneidade constitutiva dos gêneros, é possível valer-se de certas condições para a sua representatividade. No entanto, essa representatividade não garante a oportunidade de se calcular o número de gêneros de discurso possíveis, vistas a maleabilidade e a dinamicidade que os constitui. Isso dado, faz-se necessário restringir e evidenciar os gêneros com os quais pretendemos trabalhar, que são as possibilidades enunciativas de que falamos anteriormente. O critério de escolha consiste na sua recorrência no cotidiano, isto é, o maior grau de incorporação na sociedade. Assim sendo, pretendemos trabalhar com: diálogo do cotidiano, telefonema, bate-papo por computador, carta pessoal, e-mail, publicidade, notícia de jornal, entrevista, cartas do leitor, olho jornalístico, conto, romance, telenovela, charge, piada, bula de remédio, instruções de uso, trabalho acadêmico e



discurso público. Com isso, pretendemos mostrar a diversidade de *tu* subjacente aos conceitos benvenistianos de unicidade específica e de reversibilidade, o que desencadeia diferentes formas, ou processos, de o *eu* se relacionar com o *tu*.

A nossa segunda consideração relaciona-se à utilização dos conceitos de ouvinte e de interlocutor. Ao longo dos dois tomos dos Problemas de Linguística Geral, notamos que Benveniste usa indistintamente os termos *tu*, ouvinte, interlocutor e alocutário para referir à pessoa a quem *eu* dirige a sua enunciação. Entretanto, acreditamos que há necessidade de se distinguir esses vocábulos, quando se objetiva identificar a natureza do *tu* em enunciações diversas. Nesse sentido, aplicaremos os termos *tu* e alocutário para a concepção mais geral, ou seja, “a pessoa a quem o locutor se dirige”, incluindo todas as formas de alocutários possíveis. A palavra ouvinte será empregada, especificamente, quando da constatação de que o *tu* é menos ativo, isto é, lhe é negado o direito de acesso imediato ao locutor na forma *eu*. Essa palavra poderá, ainda, ser substituída por leitor, quando se tratar da língua escrita. O termo interlocutor, finalmente, definirá o alocutário pontualmente ativo, passível de tomar o turno da voz, assumindo a posição de *eu*, isto é, o expoente máximo da reversibilidade. Destarte, a partir deste momento, passaremos à utilização desses termos referindo-nos aos seus respectivos sentidos aqui especificados.

Vejam, então, a combinação das noções benvenistianas de unicidade e de reversibilidade com a de gêneros do discurso.

### **3.1 O TU NO DIÁLOGO DO COTIDIANO**

Começaremos pela discussão desse gênero discursivo por ser uma das formas bastante aproximada das considerações benvenistianas acerca da relação eu-tu. Além disso, esse gênero, nos termos de Bakhtin, pode ser considerado primário, isto é, fundado nas condições da comunicação discursiva imediata e, portanto, originou uma série de gêneros de natureza diversa. É, por isso, o gênero que oferece menor dificuldade na avaliação do *tu* a partir da reversibilidade e da unicidade específica.

Contudo, interior ao diálogo do cotidiano, como reconheceu Bakhtin, inscreve-se uma diversidade de modalidades. Por essa razão, limitar-nos-emos ao exame de duas formas desse tipo de gênero, que refletem diferentes mecanismos de reversibilidade: o diálogo restrito a um locutor e a um interlocutor e o diálogo do qual participam mais do que dois indivíduos.

No caso do diálogo restrito a um locutor e a um interlocutor, observamos que o *tu*, além de individual, é real. Afora isso, pela reversibilidade, pode prontamente tomar o lugar de

*eu*, para concordar, discordar, responder, perguntar, etc. Dessa forma, esse *tu* é uma possibilidade de um *eu*, participando, assim, da estruturação do diálogo e orientando os rumos que esse diálogo poderá tomar. É, logo, a forma mais simples de interação pela linguagem.

No segundo caso, o da participação de mais indivíduos, o *tu*, igualmente, é uma possibilidade de um *eu* orientador da configuração do diálogo. Porém, pelo fato de ter a característica de coletividade, em alguns momentos, o *tu* pode ser exclusivamente um dos participantes e, em outros, pode ser o conjunto dos participantes – isto é, com valor de vós. Isso poderá afetar as condições de reversibilidade, pois, geralmente, quando um locutor se dirige a um interlocutor determinado dentro de um grupo, ele espera que este seja o próximo a tomar o turno da voz, ao passo que, se ele se dirige a um grupo, não sabe quem primeiramente lhe dará o retorno, isto é, desconhece o *tu* que se converterá em *eu*. Assim, o mecanismo de reversibilidade deste difere do daquele.

Quanto à especificidade, esses *tus* se aproximam, pois nesse tipo de gênero são análogos os elementos disponíveis ao locutor para a configuração do seu interlocutor.

A esse gênero que dispõe desse tipo de *tu*, acrescentamos o bate-papo, via internet, o telefonema, etc.

### **3.2 O TU NA CARTA PESSOAL**

Comparável em muitos aspectos ao anterior, a carta pessoal é um tipo de gênero em que *eu* se dirige a indivíduos reais e tanto pode contar com um *tu* individual quanto com um *tu* coletivo. Quanto à reversibilidade e à unicidade específica, porém, as semelhanças não se estendem tanto.

Conforme vimos, nos diálogos do cotidiano, as direções enunciativas são constituídas no decurso do diálogo. Com isso, são múltiplas as possibilidades de reações e intervenções do interlocutor, sendo possível, inclusive, uma disparidade total entre o assunto inicial e o final, por causa da inserção constante de novos tópicos. Na carta pessoal, pelo contrário, o leitor só assumirá a palavra em momento posterior. Desse modo, esse *tu* não contribui imediatamente para a constituição do discurso total.

Em relação à unicidade específica, a sua semelhança ao gênero anterior é relativa. Em se tratando de indivíduos conhecidos, haverá um alto grau de especificidade em ambos os casos. Quando não, a interação face a face oferece ao locutor mais pistas do perfil do seu interlocutor do que uma interação por correspondência. Isso porque, na interação face a face, o interlocutor, via reversibilidade, se torna locutor e, com isso, deixa, a todo instante, pistas

que melhor o especificam. Em uma carta pessoal, esse processo se dá em momento ulterior à enunciação; por isso, esse gênero de discurso não marcará a unicidade específica do mesmo modo que os diálogos. Esse gênero, pelos avanços tecnológicos, atualmente tem sido substituído pelo correio eletrônico, ou e-mail.

### 3.3 O TU NA PUBLICIDADE

Em relação ao alocutário, podemos dizer que o gênero publicitário pretende um *tu* real e coletivo. Em termos de unicidade específica, é o *tu* consumidor, cujas particularidades serão definidas a partir do ouvinte/leitor esperado, em função da natureza do produto ou serviço difundido. Nesse sentido, a despeito de esse *tu* não ser tão específico quanto, por exemplo, o *tu* de uma carta pessoal, ele é mais especificado que o *tu* de uma telenovela, por exemplo. Isto é, podemos considerar a existência de um bom grau de especificidade do *tu* da publicidade, segundo a classe de público particular que ela pretende alcançar.

Quanto à reversibilidade, esse *tu* não tem turno de voz, de modo que não participa diretamente da organização da enunciação, dando maior liberdade à enunciação do locutor. A atitude esperada do ouvinte/leitor é a compra do produto ou a adesão ao serviço divulgado, que seria uma resposta não verbal ao que lhe fora proposto.

Ilustremos essas considerações, a partir dos enunciados desta propaganda da Claro, extraída do jornal Zero Hora de 04 de agosto de 2005:

Já pensou em controlar como cada funcionário vai usar os celulares da sua empresa? Gestor Online. Escolha dias, horários e os tipos de ligações que podem ser feitas. É o controle total sobre os celulares da sua empresa. Tudo via internet.

Como podemos ver, o *tu* dessa propaganda é real e coletivo. A coletividade é especificada nos enunciados como todos os empresários que poderiam aderir ao programa para empresas da Claro. Essa especificação pode, ainda, ser mais restringida, pois a enunciação não contempla qualquer empresário, mas somente aqueles que não podem exercer controle sobre os celulares utilizados em sua empresa devido ao número de funcionários. O discurso deixa, implicitamente, sinais dessa especificidade no enunciado inicial *Já pensou em controlar como cada funcionário vai usar os celulares da sua empresa?*, em que observamos a associação entre “controle” e “pluralidade de celulares utilizados por funcionários da empresa”. Quanto à reversibilidade, não há espaço para resposta, isto é, para um interlocutor.

Assim sendo, o retorno esperado é que o leitor que se enquadre nesse perfil venha a aderir ao plano da empresa.

### 3.4 O TU NA NOTÍCIA

A notícia é “a técnica de relatar um fato”; logo, é “o relato, não o fato” (Lustosa, 1996: 17). Esse relato está vinculado a um fenômeno social que se presume ser de interesse coletivo ou de um grupo expressivo de pessoas.

Com isso, na notícia de jornal ou revista, encontramos um *tu* ouvinte/leitor, que é real e coletivo. Esse *tu* é especificado em função da classe de público-alvo à qual se destina o jornal ou a revista ou, até mesmo, as suas subseções. Além do interesse, essa classe poderá ser definida segundo fatores variados, tais como nível cultural ou social, sexo, idade, opinião, valores, etc. Assim, por exemplo, a especificação do *tu* em uma notícia de jornal desportivo deverá ser diferente da de uma notícia de uma revista de moda.

A possibilidade de reversibilidade dá-se apenas em momento posterior, quando parte do público coletivo se dirige à redação do jornal, para opinar sobre o que leu ou ouviu. Dessa forma, o locutor tem, no momento da sua enunciação, certa autonomia para conduzir os caminhos de seu discurso, sem interferências de um interlocutor, o que, segundo a nossa perspectiva, revelará diferentes modos de o *eu* inscrever o *tu* no discurso.

O processo de unicidade específica e de reversibilidade no gênero notícia pode ser mais bem esclarecido a partir desta notícia do Jornal Zero Hora, subseção Esportes, de 04 de agosto de 2005:

#### Raras aparições, raros autógrafos

Alojado no Hotel Deville, antes do jogo de ontem à noite Robinho deixou o seu apartamento no sexto andar somente durante escassos 15 minutos. Atendeu a uma fã que o aguardava perto do local reservado para o almoço da delegação dos Santos e, sorridente, concedeu-lhe  
autógrafo.

Depois de uma refeição farta com arroz, feijão, filé de frango e saladas, Robinho se encaminhou novamente para a suíte do hotel, não sem antes assinar um novo autógrafo e tirar uma foto com o porto-alegrense – e santista – Thiago Martins Agosti, de 10 anos.

Antes de entrar no elevador, Robinho parou e assinou o caderno de Thiago, enquanto que o pai, Mauro Agosti, buscava o melhor ângulo para capturar uma imagem do mais novo reforço do Real Madrid, o atacante de US\$ 50 milhões.

Nessa notícia, podemos verificar que o locutor organiza, sem interferências, o seu discurso para um *tu* real e coletivo. Essa coletividade é, entretanto, especificada: refere-se a um grupo de pessoas que se interessa por esportes – particularmente, por futebol – bem como por informações detalhadas dos jogadores, visto que o locutor explora elementos como o local onde o jogador estava hospedado (“Alojado no Hotel Deville”), a sua alimentação (“...uma refeição farta com arroz, feijão, filé de frango e saladas”) e as circunstâncias que o envolveram (como por exemplo, em “Robinho parou e assinou o caderno de Thiago”).

Desse modo, por essas constatações, verificamos que, ainda que se fale em um *tu* coletivo nas notícias, é possível especificá-lo em um grupo delimitado.

### **3.5 O TU NA ENTREVISTA**

A entrevista é uma espécie de gênero usual nos meios de comunicação. Sua técnica consiste na obtenção de repostas pré-pautadas por um questionário; é, também, uma técnica de interação social, de interpenetração informativa (Medina, 1990: 5-8).

No gênero entrevista, notamos um desdobramento na unicidade específica, acarretando dois níveis de análise do *tu*, quando observado o ângulo da pessoa entrevistada. No primeiro nível, temos um *tu* real e individual que, via reversibilidade, pode, a qualquer instante, deixar de ser *tu* e assumir o lugar de *eu*. É o interlocutor entrevistador, aquele que dirige as perguntas, considerado *eu* em momento anterior, e que compartilha do hoje do locutor. Nesse nível, importa, prioritariamente, enunciar como redarguição às perguntas levantadas.

No entanto, os enunciados proferidos em forma de respostas não visam tão somente a atingir o *tu* entrevistador. Há um *tu* futuro, que terá um outro hoje como momento da enunciação. Logo, entramos em um outro nível. Esse *tu* tem outra natureza: é coletivo, pois inclui todos os ouvintes ou leitores que tomarão conhecimento da entrevista. Quanto à reversibilidade, ele não tem acesso imediato à assunção do *eu*. Sua voz não poderá intervir na elaboração do enunciado de *eu*, nem redirecioná-lo, aspectos possíveis no nível inicial. Além disso, é menos específico quando comparado ao *tu* entrevistador, isto é, o *eu* dispõe de menos elementos para configurar a imagem do ouvinte (língua oral) ou leitor (língua escrita), devido a uma maior abrangência de indivíduos que pode comportar.

Para ilustrar esse processo, vejamos o seguinte enunciado, extraído da revista Dinheiro de 22/12/2004, página 30. Trata-se de uma entrevista com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

DINHEIRO – O presidente Lula está convencido de que o sr. (sic.) torce pelo fracasso do governo. Confere?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Não, eu torço pelo Brasil. Minha decepção com o presidente Lula é porque ele está fazendo um governo muito mais de fachada do que de realizações. Muito mais de publicidade do que de conteúdo. Eu imaginava que o governo dele viesse a ter alguma orientação consistente. Mas isso não existe.

Nesse exemplo, vemos, com clareza, que o *eu* Fernando Henrique Cardoso dirige sua enunciação não apenas ao *tu* interlocutor-entrevistador, mas também ao *tu* leitor. No primeiro caso, via reversibilidade, ele assume a posição de *eu* para responder especificamente ao tipo de questão levantada por seu *tu*-entrevistador. No segundo, porém, observamos a necessidade de *eu* redarguir, explicando-se diante de um *tu* coletivo, qual seja, os brasileiros. Isso é visivelmente marcado em “Não, eu torço pelo Brasil”.

Temos, assim, um processo de relação *eu/tu* assinalado pela duplicidade de *tu*, paradoxalmente antagônicos – um individual, específico e que pode, via reversibilidade, converter-se pontualmente em *eu*; o outro, coletivo, menos específico e que, por não compartilhar do hoje da enunciação, poderá converter-se em *eu* somente em situações posteriores e especiais, como, por exemplo, nas cartas do leitor. Assim, configuramos a proposição de que o *tu* pode ser desdobrado consoante o gênero no qual se insere. Esse desdobramento converge para uma análise múltipla da construção do *tu* no enunciado entrevista, o que se manifestará na construção do sentido global dos enunciados.

### **3.6 O TU NA CARTA DO LEITOR**

A carta do leitor é o gênero no qual um veículo de comunicação impressa abre um espaço para o alocutário manifestar-se. Nesse gênero, também constatamos um desdobramento do *tu*: em primeira instância, o locutor se dirige à redação do jornal; por outro lado, ele é consciente de que, assim que for publicada a sua carta, ele terá outros alocutários, quais sejam, os leitores do jornal, em especial aqueles que compartilham da leitura a que o

locutor se refere. Dessa forma, podemos afirmar que duas análises do *tu* são possíveis nesse tipo de gênero.

Esse desdobramento também implica diferentes formas de reversibilidade. Apesar de ambos os alocutários não terem condições de responder imediatamente às intenções do locutor, a redação do jornal tem acesso à resposta em momento posterior, ao passo que os leitores do jornal não. Assim, as condições de reversibilidade são diferentes para cada *tu* pretendido. Vejamos um exemplo de “carta do leitor”, extraída da seção “Palavra do Leitor”, da edição de Zero Hora de 04 de agosto de 2005:

#### Crise

Lula insiste em enganar os brasileiros posando de homem simples e honesto, porém em cada discurso expõe mais seu topete.

Ele me ofendeu ao dizer que é o brasileiro mais ético de todos, pois eu não me atrevo a afirmar o mesmo, embora nunca tenha estado entre ladrões do erário público, nem usado dos bens públicos em benefício próprio e nem do poder para tentar impedir CPIs.

Como podemos observar, o *tu* real de outrora, que é parte de uma coletividade informada sobre a situação política do Brasil, converte-se em um *eu*, que se dirige à edição do jornal, tendo em vista vários possíveis alocutários. Esse alvo duplo é perceptível pela ausência, no texto, de elementos especificadores que caracterizem o *tu* como os responsáveis pela edição do jornal. Não há, nos enunciados do locutor, indícios de que a carta seja restritivamente endereçada com a intenção de influir sobre os redatores do jornal; ao contrário, sua enunciação revela que o locutor pretende agir sobre o povo brasileiro em geral. Além disso, devemos adicionar que o *eu* também se subdivide, pois, apesar de, em primeira instância, ser o leitor quem escreveu a carta, os editores foram os responsáveis pela filtragem das cartas a serem publicadas. Assim, eles são co-participantes da enunciação, tendo, igualmente, alguma intenção nessa publicação.

Para esclarecer o que estamos afirmando, recorreremos a mais dois exemplos, que assinalam diferentemente essa subdivisão do *eu* e do *tu*. São trechos recortados da subseção “Palavra do Leitor”, da Zero Hora de 07 de agosto de 2005:

### Crise política

Pela 11ª semana consecutiva as manifestações de leitores encaminhadas à Redação de ZH a (sic.), por carta e e-mail (51), concentraram-se nos desdobramentos da crise política que envolve o governo e o parlamento federais.

### Militares

Como esposa de militar, fui além da indignação ao ler em Zero Hora que o governo sancionou o aumento do Supremo Tribunal Federal (STF), retroativo a janeiro. Vejo isso como uma afronta e um deboche aos militares, pois para estes não há verbas.

Colegas de Brasília, só vocês com suas manifestações poderão desmascarar essa farsa. Aliás, mais uma.

No primeiro caso, temos um comentário explícito acrescido à publicação das cartas, que comprova que a subseção “Palavra do Leitor” é, igualmente, espaço de expressão dos redatores. O segundo caso esclarece que as cartas enviadas podem não se destinar somente à redação do jornal. Nesse exemplo, o locutor explicita que fora *tu* de Zero Hora (“*fui além da indignação ao ler em Zero Hora que o governo sancionou*”) e que, agora, no lugar de *eu*, se dirige não apenas ao jornal, como também aos leitores em geral e, mais especificamente, às esposas de militares que têm se manifestado em Brasília (“*Colegas de Brasília, só vocês...*”). Assim, vemos, com mais clareza, que essa subseção é um lugar de dois locutores: o que escreveu a carta e o que a publicou.

A análise do *tu* na carta do leitor já adianta que existem diferentes estratégias utilizáveis pelo locutor devido às diferenças nas condições de reversibilidade e de unicidade específica.

### 3.6 O TU NO OLHO JORNALÍSTICO

O olho jornalístico é um recurso de edição que enseja adiantar ao leitor as informações básicas contidas no texto do jornal ou da revista e tornar mais leve o aspecto da página. É uma espécie de *minilead* que desempenha um papel diferenciado, porque sobressai na página impressa: aparece em linhas centralizadas e com letras diferenciadas. A principal função desse recurso é destacar os aspectos relevantes da matéria (Garcia, 1998). Ao visualizar a página, o leitor recebe, por meio do olho, informações sobre o tópico discursivo. Esse processo pode ser caracterizado como uma pré-leitura, pois já orienta o interlocutor a determinadas conclusões



sobre aquilo que vai ler. O olho é constituído por segmentos do discurso. Em geral, são pequenas frases “recortadas” do texto. Como se trata de um “recorte”, o olho é deslocado de sua posição contextual original para uma posição em que desaparece o discurso precedente. Dessa forma, o olho jornalístico é formado por sentenças isoladas que orientam o leitor para uma determinada leitura.

A nós, interessa, especificamente, o fato de que o indivíduo responsável pelo recorte do texto é distinto do autor original. Disso decorre que temos, em realidade, dois *eus* distintos e, por conseguinte, dois *tus*. Em outras palavras, inicialmente, o enunciado do olho foi proferido pelo locutor da enunciação completa, tendo em vista um determinado leitor. Ao ser transportado para fora do contexto pelos editores, o seu locutor passa a ser outro, tencionando um leitor de natureza diversa da do anterior. Isso porque, no último caso, o objetivo principal é incentivar àquele que folheia as páginas do jornal a ler o texto ou, ainda, valorizar aquela passagem do texto que considerou mais proveitosa para agir sobre o seu leitor. Nesse sentido, o olho aproxima-se do discurso citado, pois toma a voz de outrem para constituir a sua própria voz.

Em relação às combinações que propomos aqui, podemos dizer que tanto na enunciação original, quanto na do olho, temos um *tu* real e coletivo, ou seja, os leitores do jornal ou da revista. No entanto, quanto à unicidade específica, vemos que os indícios norteadores do leitor considerado pelo primeiro locutor são diferentes dos indícios do locutor do olho, o que promove um desdobramento do *tu* em função do *tu* pensado pelo locutor original e do pensado pelo editor. Essa diferença, porém, não se manifesta na reversibilidade, uma vez que se o *tu* vier a ser *eu*, não se dirigirá ao locutor do olho, e sim ao locutor da enunciação original, ainda que o leitor não leia o texto todo, mas apenas os recortes do olho jornalístico. Vejamos este exemplo de Zero Hora, de 07 de agosto de 2005:

As chances de reeleição de Lula existem, mas já foram muito maiores do que atualmente.

O contexto desse olho é o de uma entrevista realizada com Flavio Koutzii, deputado estadual do PT, com tópico na crise envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Nesse nível de interação, o locutor é Flavio, e o interlocutor, a redação do jornal e o futuro leitor. Entretanto, no momento enunciativo em que os alocutários de Flavio Koutzii leem o olho, eles não estão diante de apenas um locutor, mas de dois locutores. Entre os diversos enunciados proferidos por Koutzii, que aludem a diferentes tópicos, os redatores elegeram esse para chamar a atenção do seu leitor. Desse modo, é a sua voz que está imperando nesse gênero, e não a voz

de Flavio Koutzii. Temos, assim, um discurso que funciona como discurso citado, em que o discurso de alguém passa a ser o discurso de outro. Por conseguinte, temos dois alocutários: aquele pensado por Flávio Koutzii e o pensado pela redação do jornal.

Esse tipo de processo é semelhante aos gêneros televisivos, cujas chamadas para divulgação de algum programa destacam fragmentos dele.

### **3.7 O TU NAS PIADAS**

Uma das peculiaridades discriminatórias desse tipo de gênero reside na ausência de um alocutário original. Logo, o *tu* das piadas é, em primeira instância, um *tu* inespecífico. Contudo, no momento em que o locutor se apropria desse discurso previamente estruturado, ele dá lugar a um interlocutor especificado no contexto enunciativo. Em outros termos, a enunciação de uma piada revela um locutor que tem a intenção de agir sobre um alocutário determinado. É nesse caso que podemos dizer que o *tu* é real. Quanto à individualidade ou coletividade e à reversibilidade e especificidade, somente se pode analisar o lugar do *tu* se observado o gênero ou o suporte no qual a piada se inscreve. Assim, por exemplo, se uma piada for enunciada em um diálogo do cotidiano, as características de inserção do *tu* serão de um determinado modo, mas em se tratando de uma crítica política, será de outro.

Quando uma piada contém um diálogo interno entre personagens, a perspectiva analítica se assemelha à da narrativa. Com efeito, aproximam-se desse tipo de gênero os contos populares e os causos, cuja procedência não possa ser apreendida.

### **3.8 O TU NA BULA DE REMÉDIO**

Nesse gênero, podemos pontuar a coletividade e a realidade como características assinaladoras do lugar do *tu* no discurso, uma vez que a bula se destina a um grupo de pessoas reais com determinada carência. Essa carência, normalmente associada a alguma enfermidade, é, ainda, elemento especificador do *tu*. A partir da descrição do medicamento, especifica-se o *tu* pretendido, cuja necessidade se busca suprir. Esclareçamos por meio deste exemplo:

(...) USO ADULTO E ADOLESCENTE ACIMA DE 14 ANOS DE IDADE

PARTE II

INFORMAÇÕES AO PACIENTE

Ponstan® (ácido mefenâmico) é um antiinflamatório com atividade analgésica e antipirética.

É indicado para o alívio sintomático da artrite reumatóide, osteoartrite, dor, dismenorréia primária, menorragia por causas disfuncionais ou por uso de DIU e síndrome pré-menstrual.

Nesse exemplo, constatamos que o *tu* real é um grupo de pessoas em geral – excetuadas as crianças – com necessidades analgésicas e antipiréticas devido à artrite reumatóide, osteoartrite e dor. Esse *tu* é, ademais, subespecificado como pessoas do sexo feminino, pois o discurso também alude a problemas exclusivos às mulheres: dismenorréia primária, menorragia por uso de DIU e síndrome pré-menstrual. Essas especificações definem o público-alvo ao qual se destina esse discurso.

Afora isso, a bula de remédio revela as orientações que são necessárias para que o *tu* possa fazer um bom uso do produto. Com isso, o *tu* das bulas de qualquer natureza sempre será construído como alguém que precisa receber instruções para se servir do medicamento.

Quanto à reversibilidade, não existe a possibilidade de esse *tu* prontamente vir a ser *eu*. O mecanismo de reversibilidade do qual podemos falar refere-se, fundamentalmente, ao relato ao laboratório das reações adversas oriundas do uso do medicamento. Notemos a partir da bula do mesmo medicamento:

Os efeitos colaterais gastrintestinais mais comumente relatados são: diarreia, náuseas com ou sem vômitos e dor abdominal.

Nesse enunciado, vemos que a descrição das reações adversas procede de relatos de pacientes ao laboratório, o que revela a reversibilidade de outrora presente no discurso de agora.

As características de unicidade específica e de reversibilidade, típicas das bulas de remédio, são recorrentes, também, nos manuais de instrução em geral. Nos manuais, o *tu*, igualmente, será especificado em função do produto adquirido pelo consumidor. Por essa razão, são habituais nos manuais expressões do tipo “Parabéns! Você acaba de adquirir o melhor produto do mercado”, que intentam favorecer a boa aceitação do produto por parte do consumidor. Além disso, esse tipo de discurso também busca orientar o consumidor a respeito do uso do produto e preveni-lo de dificuldades eventuais.

### 3.9 O TU NO GÊNERO ACADÊMICO

O gênero por nós designado acadêmico reporta ao que Boaventura (2004: 20, 21) denomina “ensaios dissertativos”, que incluem a monografia de graduação ou de curso de especialização, a dissertação de mestrado e a tese de doutorado.

Enfocando o alocutário, podemos dizer que o trabalho acadêmico é construído em função de um *tu* avaliador (que pode ser o professor, ou uma banca) e da possibilidade de um *tu* leitor. A bipartição do *tu* nesse tipo de gênero afeta o traço da unicidade específica. Em primeiro lugar, há um *tu* avaliador, especificado pela pressuposição de que é um alocutário que domina o assunto abordado no trabalho. Por outro lado, há um *tu* leitor, cuja especificidade é pouco precisa, salvo pelo fato de ser alguém que se interessa por ler o assunto do qual o trabalho trata. Assim, o locutor precisa lidar com dois graus contrapostos de unicidade específica do alocutário: um altamente especificado (o do *tu* avaliador), e outro com pouca especificidade (o *tu* leitor). Disso resulta a necessidade de uma habilidade especial do locutor para satisfazer os dois *tus* possíveis. Vejamos este enunciado, recortado de uma dissertação de mestrado, de Magda Teresinha da Silva (2001: 21), cujo tema é o tópico em textos narrativos e argumentativos:

Portanto, Adam (1987) fala em tipos de sequencialidade.

Além disso, o autor atribui ao texto duas dimensões que se complementam: a dimensão sequencial, que diz respeito aos planos local e global, e a dimensão configuracional que concerne ao nível pragmático. Em outras palavras, o texto aparece como resultado da passagem da dimensão sequencial, em que as sequências figuram num nível global (superestrutura e planos de texto) e num nível local (repetição, progressão, conexidade), à dimensão configuracional.

Como podemos observar, a baixa especificidade do *tu* leitor resulta em explicações detalhadas desnecessárias para o *tu* avaliador, mas que podem ser essenciais para um leitor que ignore o assunto. É o caso da recorrência às explicativas “que diz respeito aos planos local e global”, “que concerne ao nível pragmático” e “em que as sequências figuram num nível global e num nível local”, que contribuem para que um leigo no assunto possa compreender melhor o texto. A expressão “em outras palavras” demonstra, ainda, a preocupação com a possibilidade de a explicação anterior ter sido insuficiente para o *tu* leitor. E, finalmente, pelo uso dos parêntesis “superestrutura e planos de texto” e “repetição,

progressão, conexidade”, com valor explicativo, vemos a necessidade do locutor em fornecer todos os detalhes necessários para a compreensão do seu enunciado.

Dessas possibilidades de unicidade específica decorrem as formas dúplices de reversibilidade do gênero trabalho acadêmico. No caso da relação eu-tu (avaliador), há possibilidade de reversibilidade posterior à leitura do texto. Em se tratando da relação eu-tu (leitor em geral), o discurso não prevê um espaço para que o alocutário venha a ser *eu*.

Falta-nos, para encerrar, mencionar o fato de que o *tu* desse gênero é real e coletivo. Essa coletividade, porém, merece ser caracterizada: de um lado compreende um ou mais avaliadores do texto; de outro, os possíveis leitores do trabalho.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as discussões aqui realizadas, pretendemos demonstrar que os traços de unicidade específica e de reversibilidade, bem como os conceitos de individualidade, coletividade, realidade e ficção, mencionados na obra de Benveniste, podem ser explorados na análise do *tu* na interação pela linguagem. Partindo de diferentes gêneros de discurso, levantamos uma série de questões envolvidas nessa discussão, que nos impelem a tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, pudemos constatar que a unicidade específica é o fator determinante na elaboração do discurso, ou seja, é o elemento fundador da estruturação discursiva. O locutor organiza os seus enunciados em função do grau de especificidade do seu alocutário. Por conseguinte, se este é mais ou menos específico, o discurso do locutor deverá demonstrá-lo, por meio de marcas da construção do *tu*. Além disso, observamos que essa unicidade pode ser subdividida, isto é, existe a possibilidade de se encontrar em um mesmo discurso dois ou mais *tus* com especificidades diferentes.

Analogamente, pudemos aprofundar a discussão acerca da reversibilidade para a análise do *tu*. Verificamos que a tomada do turno de fala nem sempre é simétrica e sistemática, mas há certa regularidade no mecanismo de reversibilidade segundo as múltiplas formas de interações possíveis, aqui representadas pelos diferentes gêneros de discurso. De acordo com a diversidade de gêneros, constatamos duas condições de reversibilidade, que são por nós designadas reversibilidade temporal (relativa ao momento em que se dá a reversibilidade) e reversibilidade modal (relativa ao modo como se dá a reversibilidade). A reversibilidade temporal subdivide-se em imediata (quando o interlocutor pode prontamente responder ao locutor) e ulterior (quando o ouvinte ou leitor só poderá exercer a reversibilidade

em momento posterior). A reversibilidade modal subdivide-se em programada (quando o alocutário é submetido a um plano sistemático que determina como se dará a reversibilidade) e não programada (quando da inexistência de tal plano). Devemos acrescentar que essas condições de reversibilidade não dependem exclusivamente da presença pontual do alocutário, embora esse critério seja relevante em alguns casos.

No que tange às noções de realidade e ficção, concluímos que o *tu* real se refere àquele a quem o discurso se destina, e o *tu* fictício, àquele criado no interior da enunciação. Com isso, queremos dizer que não opomos real a imaginado, mas real a fictício. Isso porque acreditamos que o *tu* de qualquer discurso, a despeito de ser um indivíduo para o qual a enunciação está orientada, sempre corresponderá a uma imagem criada pelo locutor.

Quanto à individualidade e à coletividade, nem sempre é simples definir se o alocutário é individual ou coletivo. Devido às possibilidades de desdobramento do *tu*, um mesmo discurso pode se dirigir, ao mesmo tempo, para um indivíduo em particular e para um grupo de indivíduos previsíveis ou não, como no caso dos trabalhos acadêmicos. Como já assinalamos, esse fato é, inclusive, assinalado no próprio discurso.

Com as ponderações e ilustrações aqui apresentadas, acreditamos demonstrar que a combinação das noções de realidade e ficção e individualidade e coletividade com a diversidade de mecanismos de unicidade específica e de reversibilidade resulta em diferentes marcas e formas de o locutor inscrever o *tu* no discurso. Entendemos que os mecanismos de unicidade específica e de reversibilidade incitam o locutor a tomar certas atitudes ante o alocutário, que serão assinaladas na sua enunciação.

Para finalizar, queremos dizer que, apesar de tomarmos diferentes gêneros do discurso como um recurso auxiliar na investigação dos mecanismos de unicidade específica e de reversibilidade, observamos que essa classificação não é suficiente para esclarecer as múltiplas facetas do *tu* que um discurso pode conceber. Essa foi a razão que nos levou a citar, na discussão de cada gênero, outros gêneros que revelavam semelhanças nos modos de o *eu* interagir com o *tu*. Com isso, vimos que um gênero se sobrepõe a outro se nos concentrarmos exclusivamente na análise do *tu*. Talvez nos seja necessária, para trabalhos futuros, uma outra classe de gênero, consoante os *tus* pretendidos na enunciação. Isso é totalmente viável se tomarmos como ponto de partida o pensamento bakhtiniano de que são infinitos os gêneros passíveis de existir, uma vez que a atividade humana é multiforme. Como dissemos, essa diversidade de alocutários possíveis revelam diferentes formas de o *eu* inscrever o *tu* e configuram diferentes efeitos de sentido em um discurso. Deixemos essa discussão para uma próxima etapa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes: récit, description, argumentation, explication et dialogue*. 4. ed. Paris: Nathan, 2001.
2. ARISTÓTELES. *Retórica*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
3. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
4. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
5. BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
6. BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
7. BOAVENTURA, Edivaldo. *Metodologia da Pesquisa. Monografia, dissertação, tese*. São Paulo: Atlas, 2004.
8. ENDRUWEIT, Magali Lopes. A Teoria da Enunciação e a Escrita. *Letras de Hoje*, V. 39, n. 138, 2004.
9. FLORES, Valdir. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*. V. 36, n. 4, 2001.
10. FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
11. GARCIA, Luiz. (org.) *Manual de Redação e Estilo*. O Globo. 25ª ed. São Paulo, Globo, 1998.
12. LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
13. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria, Auxiliadora (orgs). *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
14. MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista. O diálogo possível*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
15. SILVA, Magda Teresinha da. *A expressão do tópico em textos narrativos e em textos argumentativos de língua portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Letras) PUCRS, 2001.

**RESUMO:** Neste texto, discute-se o papel do interlocutor na linguagem em uso. A partir de uma perspectiva enunciativa, analisa-se o interlocutor, considerando-se as relações entre interação e gêneros do discurso. Como resultado, propõe que diferentes tipos de interlocutores se fazem presentes no discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem; interação; interlocutor; discurso.

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to discuss the role of interlocutor in language in use. This paper also analyses the relationship between interaction and discursive genre, based on enunciative perspectives. The results indicate that different types of interlocutors are present in discourse.  
**KEYWORDS:** Language; interaction; interlocutor; discourse.

Recebido no dia 05 de junho de 2009.

Artigo aceito para publicação no dia 21 de julho de 2009.